



Quatro comissões realizam audiências públicas hoje

Redução da jornada de trabalho, divisão de royalties, tráfico de pessoas e políticas para o Nordeste são os temas em discussão

A semana começa movimentada com a realização de quatro debates. No Senado, a Subcomissão em Defesa do Emprego e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouvem empresários, a partir das 9h, sobre a proposta de redução da jornada de trabalho – reivindicação das centrais sindicais –, enquanto a Comissão de Relações Exteriores

analisa a crise internacional, às 18h, com economistas e acadêmicos. Outras duas reuniões ocorrem fora de Brasília: a CPI do Tráfico de Pessoas vai à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discute, às 14h, políticas públicas para a região Nordeste, na Assembleia Legislativa do Ceará, em Fortaleza. 4



Josy Alencar

Obra no Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro: redução de jornada será debatida pela Comissão de Direitos Humanos

“Código do Consumidor é obra em evolução”

A análise é do senador Jayme Campos, que sexta-feira participou de audiência sobre a atualização do código, com juizes e advogados, em Cuiabá. 4



Jl. Siqueira / Gabinete Senador Jayme Campos

Ao lado de Rubens Santos Filho (TJ-MT) e Herman Benjamin (STJ), Jayme Campos diz que atualização do CDC amplia direitos

Congresso começa a analisar marco da internet 2

Preço do leite em Rondônia é criticado em debate 4



O assassinato da juíza Patrícia Acioli motivou protesto de João Durval

Durval adverte: poder público falha na missão de proteger 3



Senador cita os bons resultados alcançados pela Previdência Social

Aposentados podem ganhar aumento real, defende Paim 3



Segundo Luiz Henrique, investimento deve passar de 17% para 25% do PIB

Brasil tem que investir mais em tecnologia, diz Luiz Henrique 3

Mozarildo: divisão de estados é bom para o país 3



Para o senador, reorganização geográfica favorece crescimento



Projeto de Cristovam Buarque e Pedro Simon deve ser votado amanhã

Cristovam quer que professor ganhe reajuste de senador 2

Proposta elaborada sob a coordenação do Ministério da Justiça traz 25 artigos sobre direitos e deveres de usuários e provedores, além de diretrizes para atuação do Estado

Congresso inicia análise do marco regulatório da internet

CONSOLIDADA A PARTIR de mais de 2 mil sugestões recebidas em consulta pública, a proposta de marco regulatório civil da internet enviada pelo governo (PL 2.126/11) ao Congresso, na semana passada, traz direitos e deveres de usuários e provedores, além de diretrizes para a atuação do Estado.

O projeto com 25 artigos, elaborado sob coordenação do Ministério da Justiça, tramita na Câmara e depois passará à análise do Senado.

De acordo com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, "o desafio é harmonizar a interação entre o Direito e a chamada cultura digital". Ele afirma que "a ausência de definição legal específica tem gerado decisões judiciais conflitantes e mesmo contraditórias".

Um exemplo desse tipo de

questão é a responsabilização ou não de intermediários como *sites*, *blogs* e portais por conteúdos introduzidos por outras pessoas. A proposta do governo determina que o intermediário não será responsabilizado, a não ser que descumpra decisão judicial que ordene a retirada de tais conteúdos.

O ministério informou que o objetivo do projeto é instituir regulamentação de caráter geral, "para balizar de forma harmonizada futuras leis e regulamentações sobre o assunto". Por isso, o marco não trata diretamente de temas como crimes cibernéticos, comércio eletrônico, direito autoral, banda larga e regulação setorial das telecomunicações, que são objetos de outras normas específicas.

Para esclarecer dúvidas, o governo colocou na *web* uma pági-

na com "perguntas e respostas sobre marco civil da internet".

Crimes

Há uma outra proposta na Câmara (PL 84/99), do então deputado Luiz Piauhyllino, tipificando os crimes cibernéticos, mas sua tramitação não deve sofrer interferência do marco regulatório, na opinião do presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE).

– Essa proposta já está em discussão há três anos. Não vamos suspender a votação, que deve acontecer em setembro.

Para o relator do PL 84/99, deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o marco civil é complemento ao projeto. Segundo ele, o único ponto de choque entre as propostas é o tempo de guarda de dados de conexão pelos provedores.

O projeto de Piauhyllino define três anos. Já o marco regulatório estabelece apenas um ano, embora ressalte que a Justiça pode determinar o armazenamento por mais tempo.

De todo modo, a Câmara já recebeu abaixo-assinado com mais de 350 mil assinaturas contra o PL 84/99. Entidades como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) consideram o projeto "uma grave ameaça aos direitos e liberdades na internet".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Aniversário de 60 anos de *O Dia*

11h Sessão especial destinada a comemorar o sexagésimo aniversário de fundação do jornal *O Dia*. Sessão não deliberativa reservada para debates e discursos dos senadores.

CAS/CDH Jornada de trabalho e encargos

9h Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e da Comissão de Direitos Humanos tratará da redução da jornada de trabalho e dos encargos da folha de salário. Foram convidados os presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, e da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, entre outros.

CPI Tráfico de pessoas

14h30 A comissão realiza audiência na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com a presença de várias autoridades estaduais, como o deputado estadual Paulo Melo; o desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça; e Wadih Nemer Damous Filho, da OAB-RJ.

CRE Impacto da crise internacional

18h A Comissão de Relações Exteriores continua o ciclo Rumos da política externa brasileira (2011-2012) com audiência pública dedicada à crise econômica mundial de 2008 e suas consequências. Entre os convidados, os professores José Maria da Silveira, da Unicamp, e Carlos Mielitz Netto, da UFRGS.

Terça-feira

Plenário PEC dos Precatórios

14h Na ordem do dia, continuidade da votação da PEC 63/10.

CRE Amazônia e fronteiras

9h Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, delibera a respeito do relatório sobre as reuniões ocorridas para debater o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

CAS Defensoria Pública

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social debate a autonomia da Defensoria Pública Federal. Entre os participantes, Gabriel Faria Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; e Meire Monteiro Mota Coelho, da OAB.

CCJ Coligação em eleições

10h A Comissão de Constituição e Justiça delibera sobre várias proposições. Entre elas, duas propostas de emenda à Constituição estabelecendo que as coligações eleitorais só podem ser feitas em eleições majoritárias. Outro ponto é o projeto que torna crime a direção de automóvel sob influência de álcool ou droga.

CE Acesso ao Prouni

11h A pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte inclui projeto de lei permitindo que estudantes de cooperativas educacionais tenham acesso aos benefícios do Prouni.

CDR Alterações no Estatuto da Cidade

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza reunião para deliberar sobre uma série de requerimentos e projetos de lei, entre os quais o que altera o Estatuto da Cidade, determinando a obrigatoriedade de elaboração de plano diretor em município com áreas de risco em seu território.

Quarta-feira

CCT Paulo Bernardo fala sobre banda larga

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática promove audiência pública para debater o Plano Nacional de Banda Larga, com a presença do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Cristiano Sant'Anna/Indicafoto



Objetivo do governo é instituir regulamentação geral para balizar futuras leis

Professor pode ter reajuste igual ao dos senadores

Projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Pedro Simon (PMDB-RS) que estende ao piso nacional dos salários dos professores o mesmo reajuste concedido aos senadores deve ser votado amanhã pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A relatora, Ana Rita (PT-ES), propõe mudanças no projeto original (PLS 325/10), com solução que considera mais compatível com a capacidade finan-

ceira de estados e municípios. A decisão caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além do reajuste previsto em lei com base na variação do valor mínimo anual por aluno, o piso deve incorporar, a partir de 2012, adicional de um quarto do percentual do aumento dos senadores em 2011, de 61,78%. O acréscimo seria mantido até o piso chegar ao dobro do valor real de 2009, que era de R\$ 950.

O projeto original concede o já previsto percentual de aumento do valor mínimo por aluno, mas prevalecendo, se maior, o reajuste concedido no mesmo período aos senadores.

Já em 2011, os professores receberiam os 61,78% pagos aos senadores. Assim, o piso de 2010, de R\$ 1.024, saltaria para R\$ 1.656,62. Decreto federal fixou o piso deste ano em R\$ 1.181,34, desde 1º de janeiro.

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

João Durval cobra urgência do Estado no combate à violência



João Durval

João Durval (PDT-BA) invocou o assassinato da juíza Patrícia Acioli – ocorrido há pouco mais de duas semanas, em Niterói (RJ) – para exigir um basta à inércia do Estado brasileiro no combate à violência. O senador protestou contra as falhas do poder público na missão de proteger a sociedade e cobrou das autoridades medidas urgentes para conter o avanço da criminalidade no país.

– Trago o grito desesperado dos que já não se conformam com esse estado de coisas. Um alerta para que nós, políticos brasileiros, despertemos para a necessidade de tomar atitudes que façam o país voltar à normalidade.

João Durval citou trecho de texto do criminalista Sérgio Habib em que ele questiona: “De que vale possuímos todas as belezas naturais do nosso Brasil, termos parques, jardins, praças, se não podemos frequentá-los, pois somos impedidos pelos agentes do crime?”

Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou que país rico é o que permite às pessoas viverem bem, sem violência. Já Paulo Paim (PT-RS) citou projeto de Pedro Taques (PDT-MT) que dobra a pena dos condenados por crime contra autoridade do Judiciário como prova de que o Estado não vai se dobrar e reagirá às ações do crime organizado.

Cristovam explica reação contrária à taxa de fortunas



Cristovam Buarque

As reações a pronunciamento que fez na quinta-feira propondo estudo para taxar grandes fortunas foram contrárias, comentou Cristovam Buarque (PDT-DF), mostrando que os brasileiros preferem que os recursos continuem com os “megarricos” do que “nas mãos de políticos corruptos”. O relato foi feito com preocupação, na sexta-feira, pelo próprio senador.

Cristovam propõe que se estude a possibilidade de adoção, no Brasil, de imposto sobre a renda e o patrimônio da parcela mais rica da população, a exemplo do que vem ocorrendo na França e nos Estados Unidos, onde os donos de grandes fortunas têm se mostrado favoráveis à medida.

– As manifestações contrárias que recebi não são em defesa dos muito ricos, mas uma desconfiança em relação ao Estado brasileiro, em relação a seus dirigentes, que somos nós: a presidente Dilma, seus ministros, os partidos e seus presidentes – afirmou.

Mesmo com as reações contrárias, Cristovam manteve sua proposta. E frente ao temor de desvio da nova arrecadação, sugeriu que os recursos “não entrem na vala comum sujeita à corrupção” e sejam vinculados a um fundo de financiamento da educação.

– Vou insistir nesse estudo – avisou.

Concessão de incentivos fiscais e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016) são temas das MPs questionadas na Justiça, uma delas já convertida em lei

Oposição entra com ações no STF contra duas medidas provisórias

PARTIDOS DE OPOSIÇÃO protocolaram duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra medidas provisórias aprovadas recentemente pelo Congresso Nacional. A MP 517/10 tratava, entre outros temas, da concessão de incentivos fiscais a diversos setores da economia. Já a MP 527/11, editada inicialmente para criar a Secretaria de Aviação Civil, acabou instituindo também o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que flexibiliza as regras de licitação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Em relação à MP 517/10, convertida na Lei 12.431/11, o PSDB alega que, depois das alterações feitas na Câmara dos Deputados, a proposta passou a incluir disposições “que não guardam nenhuma sintonia” com o texto original. Na opinião do partido, a inclusão de temas não

relacionados ao texto inicial – chamados pela oposição de contrabandos, jabutis e penduricalhos – impede discussões públicas amplas sobre a matéria objeto das emendas.

O partido também argumenta que a concessão de incentivos fiscais por meio de medida provisória desrespeita a Constituição. “Nos termos do art. 150, § 6º, a concessão de isenções ou subsídios fica subordinada à edição de lei específica, sem a qual o benefício fiscal não poderá existir validamente”, diz a ADI.

Na ação contra a MP 527/11, PSDB, DEM e PPS voltam a questionar a inclusão, por meio de emenda durante a tramitação na Câmara, de tema sem relação com os assuntos tratados originalmente. O alvo, nesse caso, é o RDC, regime que, na opinião dos partidos, viola os princípios da eficiência, moralidade e publici-

dade, bem como a “obrigatoriedade de realização de processo licitatório como princípio constitucional”.

O RDC foi proposto pelo governo como forma de simplificar o processo licitatório previsto pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e agilizar obras necessárias para a Copa e as Olimpíadas. Algumas novidades do RDC são a contratação integrada de projeto e execução nas licitações, que devem ser separadas de acordo com a Lei 8.666/93, e a remuneração variável, que permite pagamento de “bônus de desempenho” às empresas contratadas.

O regime diferenciado de contratação previa, ainda, sigilo dos orçamentos elaborados para as licitações. No entanto, diante da reação negativa à proposta, o governo modificou o texto, prevendo o acesso permanente dos órgãos de controle a dados dos processos de contratação.



Sessão em que foi aprovada a MP 517, dia 1º de junho: oposição condenou o que denomina contrabandos, jabutis e penduricalhos inseridos na medida

Paim: bons resultados permitem aumento real para aposentados

Os dados positivos que a Previdência Social vem apresentando indicam que é possível conceder aumento real para aposentados e pensionistas. A afirmação foi feita por Paulo Paim (PT-RS) com base em declarações do ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de que o resultado da Previdência em julho deste ano foi o melhor para os meses de julho dos últimos 12 anos.

– Existem recursos suficientes para acabarmos com o fator previdenciário e para garantir reajuste real às aposentadorias e pensões – afirmou.

Segundo o senador, recursos da seguridade social têm sido repassados ao orçamento Fiscal. De 2004 a 2010, disse, foram transferidos R\$ 84,6 bilhões.

Paim criticou a pressão de alguns segmentos empresariais para reduzir a alíquota de 1,5% sobre o faturamento



Paulo Paim

em troca da desoneração dos 20% da contribuição previdenciária sobre a folha salarial. Ele explicou que, com isso, as contribuições previdenciárias também seriam reduzidas, fazendo cair a arrecadação.

Luiz Henrique defende mais investimentos em tecnologia



Luiz Henrique

Reino Unido e Japão, Luiz Henrique (PMDB-SC) alertou para a necessidade de mais investimentos em tecnologia e inovação. Atualmente, o país ocupa a sétima posição.

Para a EIU, a economia brasileira deixará para trás as dos quatro países desenvolvidos, mas será ultrapassada pela indiana. Segundo o estudo, o Brasil crescerá 3,9% por ano, em média, contra 6,6% da Índia e 5,7% da China.

– Por que nós vamos crescer 3,9% e não os mesmos 6,6% da Índia? Porque permanecemos com uma baixa taxa de investimento. O Brasil investe de 17% a 18% de seu PIB, enquanto a China investe 40%, e a Índia, mais de 30%. Para sustentar o crescimento dessa nação, é preciso que nós atinjamos no mínimo uma taxa de investimento público e privado de 25% – argumentou o parlamentar.

Mozarildo: divisão de estados favorece crescimento do país

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu, na sexta-feira, a reorganização geográfica do país e disse que a divisão de estados, especialmente da região Norte, favorece o desenvolvimento – a exemplo do que aconteceu com Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Ele lembrou que está marcado para dezembro o plebiscito sobre a divisão do Pará, com a criação de mais dois estados: Tapajós e Carajás.

Para o senador, a oposição por parte de alguns segmentos à divisão do estado deve-se a questões políticas. Ele disse que não há justificativa para impedir a divisão do Pará. Mozarildo informou que estudo da Consultoria do Senado afirma não haver aspectos que possam causar prejuízo à população ou ao governo federal. O estado do Pará, lembrou, possui território equivalente ao dos sete estados do Sul e do Sudeste juntos.



Mozarildo Cavalcanti

Na avaliação do parlamentar, o modelo de gestão do país não contribui para a redução das desigualdades sociais e regionais. As políticas públicas, segundo ele, são destinadas a estados com maior número de eleitores.

Tráfico de pessoas, políticas para o Nordeste, preços de *commodities* e redução da jornada estão na pauta das discussões neste início de semana

Debates movimentam hoje quatro comissões

Início de semana movimentado nas comissões da Casa. Duas delas promovem discussões fora de Brasília. A CPI do Tráfico de Pessoas vai à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discute políticas públicas para o Nordeste na Assembleia Legislativa do Ceará, em Fortaleza. A crise internacional será tema de debate na Comissão de Relações Exteriores, enquanto a Subcomissão em Defesa do Emprego e a Comissão de Direitos Humanos ouvem empresários sobre redução da jornada.



Linha de montagem na Zona Franca de Manaus: crise mundial e redução de jornada no centro dos debates

CPI do Tráfico de Pessoas fará audiência hoje no Rio de Janeiro

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o tráfico de pessoas fará audiência pública hoje, às 14h30, na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. De acordo com a assessoria da presidente da CPI, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), 11 inquéritos com características de tráfico de pessoas foram abertos em 2010 no Rio. Os presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário daquele estado são convidados para a audiência.

Um relatório elaborado para a CPI pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres registra nove denúncias de tráfico internacional de crianças ou adolescentes no estado, entre 2008 e meados de 2010. O relatório aponta a Espanha como o principal destino a partir do Rio. Em seguida vêm Portugal, Estados Unidos, Alemanha, China, Holanda, Israel, Itália, Japão, Paraguai e Suíça.

CDR analisa políticas para o Nordeste em encontro no Ceará

A transposição das águas do rio São Francisco e a divisão dos *royalties* do petróleo serão debatidas no seminário Políticas Sociais para o Nordeste, Recursos Hídricos e Programa Água para Todos, a ser realizado hoje na Assembleia Legislativa do Ceará.

O evento é promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida por Benedito de Lira (PP-AL), e pela Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, presidida por Wellington Dias (PT-PI).

José Pimentel (PT-CE) informou que serão colhidas ideias dos governadores, deputados estaduais, entidades de trabalhadores e empresários para o desenvolvimento regional. Essas contribuições poderão se transformar em emendas ao Plano Plurianual 2012-2015. O governador do Ceará, Cid Gomes, e o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Jurandir Santiago, deverão participar do encontro.

Preços de *commodities* e alimentos são tema de encontro na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debate hoje a crise econômica mundial de 2008 e suas consequências, especialmente a volatilidade dos preços de *commodities* e alimentos.

A audiência pública faz parte do ciclo de debates Rumos da Política Externa Brasileira. Segundo o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), um dos objetivos é "aprofundar o exame de grandes temas no âmbito da política externa e da defesa nacional".

Foram convidados a participar da audiência pública o professor José Maria da Silveira, da Unicamp; o ex-presidente da Petrobras Eduardo Teixeira; o professor Carlos Mielitz Netto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-economista-chefe do Banco Santander.

Empresários discutem no Senado redução da jornada de trabalho

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fazem hoje, às 9h, audiência pública conjunta para discutir com empresários a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamentos. No início do mês, as comissões debateram com trabalhadores.

Os empregados reivindicam diminuição da jornada de 44 para 40 horas semanais, enquanto os empregadores buscam estratégias que minimizem os possíveis prejuízos econômicos.

No Senado, tramita desde 2003 a PEC 75, de Paulo Paim (PT-RS), que estabelece jornada máxima de oito horas diárias e 36 semanais. Já a PEC 231/95, que propõe 40 horas semanais, tramita na Câmara há mais de 15 anos.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que é empresário da construção civil, participará da audiência pública.

Atualização do Código do Consumidor amplia direitos, diz Jayme

Para o cidadão, a atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) representa mais um passo na garantia de seus direitos; para juristas e legisladores, a consolidação das normas. A avaliação é de Jayme Campos (DEM-MT), que representou o Senado, na sexta-feira, em Cuiabá, durante audiência técnica sobre assunto promovida pela Casa.

– Precisamos da constante conscientização de que sempre estaremos diante de uma obra inacabada, em permanente evolução – alertou.

O encontro ocorreu na Escola dos Servidores do Poder Judiciário, em Cuiabá, com participação de desembargadores, juizes e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT).

O debate fez parte de uma série de audiências promovidas pela comissão especial de juristas instituída em dezembro de 2010 pelo Senado para adequar o CDC às mudanças nas relações de consumo das duas últimas décadas. Audiências semelhantes já foram realizadas este mês em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Novos encontros estão previstos para Brasília e Recife.

Em julho deste ano, a comissão especial – presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin – entregou ao presidente do Senado, José Sarney, as propostas

preliminares para revisão do CDC. Os textos foram elaborados a partir de sugestões dos mais diversos setores da sociedade, incluindo prestadores de serviços, órgãos de defesa do consumidor, juizes, defensores públicos e os próprios consumidores. A consolidação das sugestões, na forma de anteprojeto, deve ser concluída até 14 de outubro.

Comércio eletrônico

As propostas de atualização abrangem três pontos que não foram tratados pelo código à época de sua criação em 1990: a regulamentação do comércio eletrônico, a proibição de publicidades que levam o comprador ao

superendividamento e a facilitação dos mecanismos conciliatórios.

Segundo a relatora-geral da proposta na comissão, a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) Claudia Lima Marques, a intenção não é mudar o código, mas atualizá-lo e adaptá-lo a fenômenos recentes.

Uma das preocupações dos juristas é quanto à segurança no comércio eletrônico, daí a necessidade de normatização para o setor, principalmente nas questões de prazos de entrega e devolução de produtos. As propostas tratam ainda de garantias de segurança, privacidade e confidencialidade em qualquer operação por meio eletrônico.



Presidente do TJ-MT, Rubens Santos Filho, e ministro do STJ Herman Benjamin ouvem Jayme Campos

Produtores afirmam que cartel pressiona preço do leite para baixo em RO

Em audiência pública realizada na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em Alvorada do Oeste (RO), produtores de leite reclamaram do preço pago pelo litro no estado: R\$ 0,64. O custo de produção, segundo eles, varia de R\$ 0,45 a R\$ 0,50.

Nos estados do Sul e do Sudeste, como comparação, o preço pago chega a R\$ 0,80 por litro.

Segundo dados apresentados na audiência, apenas três empresas são responsáveis pela compra de 80% de toda a produção de Rondônia. Os produtores denunciaram a formação de um cartel que pressionaria para baixo os preços do leite nas fazendas.

A solução para alcançar um preço mais justo, na avaliação dos participantes da audiência, é fortalecer o conselho que atualmente reúne produtores, alguns laticínios, técnicos e especialistas ligados a universidades e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Esse conselho regularia o preço com base no custo de produção.

Rondônia tem atualmente 11,8 milhões de cabeças de gado. Apenas 30% do rebanho é destinado à produção de leite. Mesmo assim, estima-se que 57% das famílias rurais dependam do dinheiro proveniente da atividade leiteira.